

Identidade e pertencimento: um olhar sobre a colonização italiana e alemã no sul do Brasil durante os séculos XIX e XX

*Marinilse Cândida Marina Busato^I
Leandro Mayer^{II}*

RESUMO: Este artigo contextualiza na perspectiva da história regional, o sentimento de pertencimento dos (i)migrantes e descendentes estabelecidos em comunidades italianas no Rio Grande do Sul e alemãs em Santa Catarina, cujos elementos étnicos e culturais acompanham a trajetória das colonizações instituídas nestes Estados, onde o sentimento de pertencimento é fortalecido pelo espírito regionalista e pelas relações formadas e fortalecidas entre os (i)migrantes durante décadas.

Palavras-chave: Italianos, alemães, regionalismo.

Identity and belonging: a view over the Italian and German colonization in the south of Brazil during the nineteenth and twentieth centuries

ABSTRACT: This paper contextualizes, in perspective of regional history, the sense of belonging of (i)migrants and descendants settled down in Italian communities in Rio Grande do Sul and German communities in Santa Catarina, whose ethnic and cultural elements follow the trajectory of established settlements in those States, where the sense of belonging is strengthened by the regionalist spirit and the relationships formed and strengthened between (i)migrants for decades.

Keywords: Italians, Germans, regionalism.

Artigo recebido em 18/02/2016 e aceito em 27/02/2016.

Considerações iniciais

O Brasil destaca-se pelo seu espaço territorial, segundo dados do IBGE, o equivalente a 8.515.767,049 Km², com uma população formada por 203,2 milhões de habitantes, distribuídos em 5.435 municípios localizados nas 27 unidades Federativas, ou seja, 26 estados e um distrito federal^{III}; estes dados nos levam a uma fácil percepção da amplitude do território brasileiro, ao compararmos com outros vizinhos fronteiriços, por exemplo a Argentina^{IV} que possui extensão territorial de 2.766.889 Km², torna-se ainda mais perceptível a quantidade de terras dominadas pelo nosso país. Este breve relato sobre amplitude territorial, nos leva a indagarmos como a população deste imenso país compreende o significado do contexto de nacionalismo e regionalismo.

Nosso objetivo neste artigo é evidenciar sobre o sentimento de pertencimento de certas comunidades em meio a esta vastidão de terras brasileiras, em específico sobre as comunidades italianas instaladas no Rio Grande do Sul e alemães em Santa Catarina, analisando sucintamente os componentes étnicos e culturais que costuraram e cicatrizaram as relações e redes comportamentais dos imigrantes e descendentes nestes estados.

Para isso, será preciso considerar alguns traços particulares de nossa história, nos voltando para um rememorar, principalmente do século XIX. Bem se sabe que o Brasil é composto por diversos grupos étnicos, gerando uma diversidade cultural intensa e múltipla, quando observamos toda a questão da colonização brasileira verificamos alguns fatos interessantes referentes a nossa experiência de Estado-nação, José Murilo de Carvalho^V, relata; “a originalidade dessa forma histórica está no acoplamento do Estado com a nação, mas isto não significa que cada uma das partes tenha perdido sua especificidade e não possa ser analisada à parte”.

Por outro lado, o autor também observa a importância dessa dobradinha; “há Estados que englobam várias nações, há nações com mais de um Estado. Em alguns países sobra Estado, em outros, sobra nação, ou sobram nações”^{VI}.

Dessa forma, somando os acontecimentos do Brasil colônia e a vinda dos imigrantes, em nosso estudo italianos/alemães e descendentes, podemos seguir o fio que nos levará a compreender toda estrutura lógica e emocional que germina em determinadas regiões do país.

Imigração x colonização

Iremos tratar inicialmente da imigração italiana e conseqüentemente seu desenrolar no estado do Rio Grande do Sul. A história que envolve os italianos, em específico a região do Vêneto^{VII}, nos mostra uma realidade peculiar e distinta sobre a experiência vivenciada por estes na Europa. Segundo Beneduzzi (2011);

a França pós-revolucionária do Diretório, já envolvida em um projeto expansionista napoleônico, invadirá a cidade de Veneza em 1797, dividindo o território do norte da Península Itálica com o Império Austríaco. No período que se segue até o Congresso de Viena (1815), as dominações francesas e austríacas suceder-se-ão na região setentrional italiana, tendo, a figura do invasor, ora a imagem dos departamentos franceses, ora das províncias austríacas. A partir de 1815, o Império Habsburgo consolidar-se-á como força dominante na região, assumindo a administração do norte peninsular até a vitória do projeto de unificação da casa de Savoia, em 1866^{VIII}.

Pelo trecho referenciado, é possível verificar a dinâmica de invasões sofridas pela população da região do Vêneto, sendo imprescindível salientar que os embates entre franceses e austríacos resultavam em muito além da conquista territorial; duas culturas tão distintas, com questões religiosas, políticas e administrativas completamente contrárias, por si só já causa confusão, o que dirá quando impostas no território Vêneto, composto no século XIX por uma população de maioria camponeses ligados em crenças populares e temerosos a Deus. Ora os franceses com suas ideias “liberais”, que eram impostas aos habitantes, ora os austríacos ou *tedescos*^{IX}, vencendo Napoleão e também impondo costumes diferentes; e assim seguiu-se neste intercâmbio de dominação por um longo período, fazendo com que a população veneta adquirisse uma necessidade de pertencimento, de dar nome ao seu local de origem, ao seu *paese*^X.

O desejo de fortalecimento e liberdade da cultura *contadina*^{XI}, somado aos diversos problemas da Europa e a propaganda governamental da imigração ao Brasil, levaram essas pessoas a buscarem outras formas de sobrevivência. Conforme Buosi e Nicoletti (1999)^{XII};

dividimos os fluxos migratórios em seis momentos. O primeiro antecede o ano de 1876, sendo considerada a fase arcaica. O segundo remonta-se ao interregno dos anos de 1876-1886, ocasião de uma forte queda no preço dos cereais. O terceiro momento desenvolve-se entre os anos de 1887-1901 e caracteriza-se fortemente pela desilusão com as possibilidades de utilização das zonas de emigração como importadoras dos produtos nacionais. Esses três primeiros momentos são de maior relevância quando se fala em uma emigração para a região serrana do Rio Grande do Sul. No quarto, (1902-1927), a emigração é destinada com maior expressividade para os Estados Unidos, sendo composta grandemente por meridionais. O quinto momento transcorre no período entre os anos de 1927 e 1948, fazendo parte da nova política fascista. Já o sexto (1948-1973) tem um fluxo mais voltado para o interno do continente europeu, em especial para Alemanha, França, Bélgica e Inglaterra^{XIII}.

Com a emigração para o Brasil e a busca pela *cuccagna*^{XIV}, dá-se também o início da batalha por uma identidade étnica, “um sentir-se pertencer” e uma comunidade voltada para seus próprios interesses, sejam eles com o intuito de sobreviver ou enriquecer, mas é essencial uma descrição, mesmo que a *grosso modo*, sobre os interesses do Brasil em receber italianos no país, é de conhecimento comum que no estado de São Paulo, o processo “migratório” apresentava como objetivo principal a busca de um contingente de imigrantes que substituísse a mão-de-obra escrava nas fazendas de café, sendo que diversos italianos que permaneceram no território paulistano eram considerados muito pobres, pois não tinham condições financeiras para seguir caminho e muito menos para comprar terras, mesmo que de forma parcelada; já no Rio Grande do Sul a intenção era de formar colônias agrícolas, ou seja, colonizar o território. Sabe-se que os imigrantes italianos que chegaram ao Brasil eram de origem humilde, mas estudos relatam que os miseráveis permaneceram na Itália, pois não tinham condições de arcar com os custos da viagem.

em 4 de dezembro de 1851, o Governo da Província do Rio Grande do Sul promulgou a Lei nº 229, que em seu artigo nº 9, "concedia gratuitamente as terras aos colonos provindos da imigração dirigida", pois nesse período ocorria toda uma preocupação do governo da Província em controlar a "expansão do latifúndio já que este constituía um entrave à exploração intensiva da terra, visto que a distribuição de sesmarias havia determinado um povoamento ralo e disperso"^{XV}.

Referente aos movimentos migratórios torna-se imprescindível aprofundar alguns fatos ocorridos no Brasil que também são de conhecimento comum; logicamente a lei de 1851 trouxe diversos interessados em ocupar o território, mas para o país o que realmente interessava era a defesa do território, principalmente nos locais que faziam fronteira com outros países, nosso interesse é tratar especificamente dessas relações nos estados do Rio Grande do Sul e após Santa Catarina, dessa forma os territórios estariam ocupados dificultando a invasão e as tentativas inimigas de dominação, além do intuito de desenvolver a agricultura, que facilitaria o acesso para outras ramificações capitais que poderiam vir a saciar as necessidades das comunidades recém criadas, e assim contribuir para o avanço econômico da nação, sem contar a questão racial, ou seja, o interesse em branqueamento da população. Após a divulgação da Lei nº 229, o governo sulista cria novas bases voltadas para a questão terra/colonização Heredia explica. “Entretanto, a orientação geral foi alterada a partir de 1854, com a Lei 504, pela qual a colonização se faria à base da venda da terra e da indenização das despesas nos cinco anos subsequentes ao estabelecimento nas colônias”^{XVI}.

É compartilhado no meio intelectual que a emigração no Rio Grande do Sul sofreu diversas variações administrativas que divergiam conforme o período e a legislação correspondentes:

Em 1867, foi feito um novo regulamento que estimulava a emigração mediante as seguintes vantagens: a terra poderia ser paga em dez anos; a viagem do Rio de Janeiro até o lote colonial seria gratuita; haveria por parte da administração colonial a promoção de auxílio para os recém-chegados e assistência médica e religiosa. Durante 12 anos esse regulamento foi mantido, mas devido ao número excessivo de emigrantes chegados ao Sul, as disposições foram suspensas, e mantidas apenas os seguintes benefícios: crédito para aquisição de terras e 15 dias por mês de trabalho na abertura de estradas e de serviços à administração da colônia^{XVII}.

Heredia, ainda cita que, “a grande diferença entre as políticas do processo de imigração e de colonização era que o primeiro alterava o regime de trabalho e do segundo o regime de propriedade”^{XVIII}. Portanto a emigração no Brasil assumiu características bastante distintas em cada região.

Após este desenrolar sobre às leis de colonização, torna-se evidente que os migrantes/colonizadores que vieram para o Rio Grande do Sul após 1850, e aqui trataremos especificamente da serra gaúcha, eram pobres, mas não miseráveis, pois de alguma maneira, a maioria, conseguiu se estabelecer no território, pagar suas terras e formar família, exercendo sua religiosidade católica, procriando, firmando o dialeto, apesar de como já citado, a região do Vêneto recebia pessoas de outras partes da Europa, e sabe-se que quando aqui chegaram não permaneceram inicialmente aglomerados por grupos étnicos específicos, isto só ocorreu após existir uma certa estrutura, mas estes migrantes conseguiram expandir um dialeto, mesmo que não sendo único passou a ser falado e propagado pelas comunidades italianas situadas inicialmente na serra gaúcha, ou seja, estava sendo formada e idealizada uma identidade étnica e cultural, jamais vivenciada. Frosi e Miorenza acreditam que;

o primeiro grupo de imigrantes fixou-se nos fundos da Colônia de Nova Palmeira, onde hoje está Nova Milano. No mesmo ano de 1875, criaram-se três núcleos de colonização italiana: Colônia Caxias, Colônia Dona Isabel e colônia Conde D’eu, que na realidade foram criadas em 1870, mas foi só a partir de 1875 que começaram a receber contingentes de imigrantes italianos^{XIX}.

Acredita-se ser pertinente analisar preferencialmente os habitantes das colônias citadas acima, pois estes são italianos que em sua maioria vieram da região do Vêneto e consideramos que enfrentaram de forma mais acalorada o impacto cultural, principalmente comparado com seus descendentes, sendo assim, iremos retomar o contexto sobre as artimanhas que esses imigrantes utilizaram para se infiltrar e estabelecer nesse novo lar.

Colonização italiana no Rio Grande Do Sul

Quando nos mudamos para um novo país, criamos raízes em uma região, alguns autores acreditam que a região é uma *representação*, e se assim for, para existir esse “enraizamento” do ser humano no contexto regional, precisamos nos adaptar a determinadas realidades culturais, pois conforme demonstram vários trabalhos acadêmicos, além dos vênets, instalaram-se no Rio Grande do Sul pessoas vindas das regiões da Lombardia, Friuli e Trentino-Alto Adige, além disso, como já comentado, existiu um longo período de disputas territoriais entre austríacos e franceses na região do Vêneto, conseqüentemente levando há uma diferença dialética que somado ao restante dos imigrantes vindos de outras regiões da Itália, mesmo que em menor número, fez surgir uma “salada dialetal”. Sabemos que uma das principais regras no manual de sobrevivência fora do nosso habitat é o idioma, assim esses europeus recém-chegados ao Brasil viram-se obrigados a aderir uma língua única para comunicação e integração social, seja para comprar nas vendas locais, para venda de seus próprios produtos agrícolas ou artesanais, para frequentar as reuniões da comunidade, enfim, era necessário existir um “elo” entre eles para se adaptar e sobreviver nesse “novo mundo”, dessa forma, o idioma que passou a ser utilizado em função do maior número de imigrantes, foi o vênets, não significando que os demais dialetos foram abandonados, em muitos casos relata-se que em casa era falado o dialeto de origem e na comunidade o vênets, ou *Koiné*^{XX} dialetal. Para Bourdieu,

a procura dos critérios objetivos de identidade regional ou étnica não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objetos de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objetivas, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnas, etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores^{XXI}.

Os imigrantes perceberam-se engajados em uma realidade do país que ao mesmo tempo era diferente no idioma, costumes e cultura, mas semelhante na questão fronteiriça, Oliven explora:

O Rio Grande do Sul sempre teve características especiais relacionadas com o modo como foi colonizado, sua localização, bem como sua história. Tendo sido no passado uma área de intensas disputas entre Portugal e Espanha, esse estado tem uma longa tradição de guerras e conflitos que continuaram depois da independência do Brasil em 1822. Um deles, a Revolução Farroupilha que iniciou em 1835, originou-se na insatisfação em relação à excessiva centralização política e econômica imposta pelo Império^{XXII}.

O contexto problemático da fronteira continuou sendo enfrentado pelos imigrantes que se estabeleceram no Rio Grande do Sul e conforme trataremos adiante em Santa Catarina, além da preocupação com a defesa do território, ressaltando que os italianos chegaram no estado rio-grandense para colonização após a Revolução Farroupilha^{XXIII}, mas de qualquer forma, prosseguiram defendendo a fronteira e enfrentando inúmeros outros embates que envolviam o território em disputas políticas, mas afinal, o que define uma fronteira e qual é a sua importância na divisão territorial? Lia Osório Machado afirma que “o limite está orientado para dentro (forças centrípetas); a fronteira está orientada para fora (forças centrífugas)”. Nessa análise, é evidente que a palavra fronteira, *a grosso modo*, significa o que está na frente^{XXIV}. Para a historiadora Ana Luiza Reckziegel,

o reconhecimento da fronteira sul-rio-grandense concomitantemente com a consolidação do Brasil-nação, na década de 1850, insere o país no conserto das nações modernas quanto à centralidade do poder e da autoridade. Seu limite constitui uma marca artificial e remete diretamente ao Estado^{XXV}.

A intenção governamental de povoar os territórios do Rio Grande do Sul, que era escasso de população teve êxito, o desenvolvimento da agricultura favoreceu o crescimento da natalidade, levando os imigrantes a explorarem outras áreas pouco habitadas. Infelizmente, não encontramos informações concretas sobre a história daqueles que “não deram certo”, que não se adaptaram em solo gaúcho ou que retornaram para seu país de origem, assim continuaremos a desenvolver sobre a identidade regional e como ela foi “adquirida” pelos novos habitantes, acreditamos que tentava-se manter uma relação de costumes com a terra natal e ao mesmo tempo com os vizinhos étnicos.

Os imigrantes italianos que instalaram-se no sul do país não costumavam falar sobre a dor e sofrimento vividos na Itália, comentavam sobre a luta no Brasil. Os costumes adotados na serra gaúcha são lembranças de fatos alegres que aconteciam no *paese*, ou parte imagética de práticas adotadas no Rio Grande do Sul, os *talian*^{XXVI}, adotaram diversas estratégias para lembrar seus feitos, entre elas, podemos citar os *filós*^{XXVII}, festa típica italiana que retoma rituais dos antepassados vivenciados ainda na Itália, era costume realizar esses encontros nas estrebarias durante os meses rigorosos de inverno. Em muitas ocasiões o lembrar toma duplo sentido, Beneduzi aponta, “como o caso do Vinte de Setembro, evento que celebra ao mesmo tempo a tomada de Roma, mantendo, dentre os personagens principais, um indivíduo que é recorrente, Giuseppe Garibaldi”^{XXVIII}.

Retomando de forma superficial o contexto da Revolução Farroupilha, nossa intenção não é aprofundar as explicações sobre o tema, mas refletir sobre a criação do imaginário gaúcho em torno da Revolta dos Farrapos, pois a sociedade rio-grandense, no dia 20 de setembro de cada ano, comemora imaginariamente a vitória dos gaúchos. A pergunta que ressalta aos olhos é; que vitória? Eduardo Scheidt acredita que

é neste contexto político da época, muito distinto do atual, que a proclamação de uma República independente no Rio Grande do Sul deve ser compreendida. Os novos estudos têm apontado para o fato de que a maior parte dos farroupilhas realmente desejaram a ampla autonomia e independência do Rio Grande do Sul, estando dispostos, entretanto, a estabelecerem formas de federação com outras províncias brasileiras que também proclamassem a República, desde que a independência política do Rio Grande do Sul fosse mantida^{XXIX}.

Um significativo contingente de *gaúchos*^{XXX} afirma que o estado do Rio Grande do Sul saiu vitorioso da Revolta dos Farrapos, incorporando de forma intensa seu regionalismo, alguns costumam falar em patriotismo, como se o estado fosse o país, impregnando nas jovens gerações o espírito de triunfo farroupilha. O problema é que isto não ocorreu, alguns acordos foram sancionados, mas nem de longe conseguimos atingir nosso principal objetivo na revolução, ou seja, a separação do restante do país.

Neste cenário os imigrantes assumem importante destaque, pois existiu toda uma construção em torno da figura do colono, uma preocupação em “dar certo” no novo mundo, para isto táticas foram utilizadas, desde a unificação do idioma, firmamento do catolicismo, construções com ênfase na arquitetura italiana afim de rememorar a região de proveniência dos imigrantes, mesmo que em muitos casos fugindo completamente da realidade regional de que partiram os *contadinos*, mas talvez um dos aspectos que mais favoreceu essa integração social do colono italiano com o estado foi a questão de “agarrar-se” na figura do gaúcho, habitante que já constituía a população antes da imigração italiana no sul do país. Para Oliven:

os estudiosos da colonização assinalam que os imigrantes estrangeiros idealizavam o gaúcho como tipo socialmente superior. Para isso contribuiu não somente o fato de os fazendeiros formarem a camada social mais poderosa do estado, mas também de o símbolo principal do gaúcho ser o cavalo. Na Europa, esse animal era apanágio e marca de distinção da aristocracia rural; uma das primeiras providências dos colonos ao chegarem ao Brasil era adquirir essa montaria, assim que tivessem condições para fazê-lo. A identificação do colono com o gaúcho significava, portanto, uma forma simbólica de ascensão social. É interessante que embora o Rio Grande do Sul tenha uma expressiva presença de alemães e italianos como empresários e como políticos, o tipo social “representativo” continua sendo o gaúcho^{XXXI}.

É fato que juntamente com o progresso agrícola veio a devastação de áreas nativas e de diversas espécies animais que hoje estão extintas, além da diminuição de tribos indígenas, mas é imprescindível frisar que estes acontecimentos não ocorreram unicamente e isoladamente com a imigração italiana e alemã, mas com a colonização/imigração europeia como um todo.

Sendo que todos os fatos ocorrem dentro de uma região, como podemos defini-la? Carbonari afirma que “Los recortes espaciales, vale aclararlo, se diferenciaron en los marcos políticos. De esse modo, se identificaron regiones em el interior de províncias constituyendo regiones com semejantes características y/o se agruparon regiones supra-nacionales”^{XXXII}. Deste modo, retomamos a questão do início do texto, como é possível sentir-se nacional, antes de sentir-se regional? Evidenciamos sobre as dificuldades de liberdade cultural vivenciadas e rememoradas pelos italianos aqui instalados, também verificou-se que no Rio Grande do Sul foi possível por longos períodos manter-se livre na prática do dialeto, da religião, dos rituais, dos aprendizados e criar um mundo imagético para os descendentes. José D`Assunção Barros aponta que

definir a história como o estudo do homem no tempo foi, portanto um passo decisivo para a expansão dos domínios historiográficos. Contudo, a definição de história, no seu aspecto mais irredutível, deve incluir ainda uma outra coordenada para além do “homem” e do “tempo”. Na verdade, a História é o estudo do Homem no *Tempo* e no *Espaço*. As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social. Mas com a expansão dos domínios históricos que começou a se

MARINILSE CÂNDIDA MARINA BUSATO
LEANDRO MAYER

verificar no último século, este Espaço também pode ser perfeitamente um “espaço imaginário” (o espaço da imaginação, da iconografia, da literatura)^{XXXIII}.

Menos de um mês após o Estado Novo (10 de novembro de 1937), decretado por Getúlio Vargas, ocorreu a cerimônia da queima das bandeiras, onde foram hasteadas 21 bandeiras nacionais, no lugar das 21 bandeiras estaduais que foram incineradas; mas o que isso significou para os rio-grandenses? Para aqueles que se agarraram nos costumes do estado, mesmo que mantendo seus dialetos e culturas paralelas? E para aqueles natos do solo gaúcho? Como compreender que Vargas assume posição importante na política munido de chapéu e lenço para representar os gaúchos, e após como presidente manda queimar as bandeiras dos estados? Como o colono pode ser utilizado para crescimento do país e após tanto trabalho árduo, proibido e condenado por fazer uso de outros idiomas?

Não é segredo que o Rio Grande do Sul ficou conhecido no restante do Brasil como um povo que “grita aos quatro ventos” que é brasileiro por opção e gaúcho por devoção. Em um contexto, onde o regional apresenta-se antes do nacional em um país gigante como o nosso e com colonizações e culturas tão distintas, facilmente identificadas, seja fisicamente ou pelo sotaque, e com uma imensa falta de sentimento nacional, já que nos falta além das simbologias, fatos que nos orgulham em sermos brasileiros, pesquisas recentes mostram que o nosso maior orgulho é a natureza nacional e a terra fértil para o plantio, em contrapartida, comparado com outros países que não são privilegiados por essas bênçãos divinas, passamos vergonha com nossos atuais resultados agrícolas e de aproveitamento alimentar. Enfim, será realmente possível em uma nação como a nossa desenvolvermos o amor pelo nacional antes do amor pelo regional?

Para Francisco Oliveira

uma região seria, em suma o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos de reposição”^{XXXIV}.

Concordando com a definição que região é muito mais que um recorte espacial, constituída por costumes e práticas trazidas pelos grupos inseridos nela, acredita-se que seu significado vai além dos limites pintados por relevos e hidrografia; pois a região é um mundo à parte, inserido num contexto maior que é o todo, mas com suas particularidades e características próprias. Sendo as fronteiras marcos móveis, os sentimentos de pertença também são, Bourdieu defende o conceito de que “os geógrafos são impositores de uma divisão arbitrária sobre uma ordem que guarda uma continuidade natural e que esta divisão passa a ser aceita simbolicamente”^{XXXV}, enquanto que Durkheim afirma, “e a região passa a ser uma ilusão bem fundamentada”^{XXXVI}.

Germanismo em Santa Catarina: uma análise da colônia Porto Novo

Analisaremos neste tópico, a dinâmica de ocupação e povoamento de Porto Novo – atual município de Itapiranga/SC, uma colônia étnica e religiosamente homogênea implantada em 1926 no extremo oeste de Santa Catarina. Para manter os princípios do germanismo manteve-se, na execução do projeto, uma homogeneidade étnica alemã e religiosa, pois concentrava significativo número de imigrantes e se tratava de uma colônia católica. A colonização foi planejada, organizada e promovida pela *Volksverein für die Deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul* - Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul, fundada em 1912 pelos jesuítas alemães de São Leopoldo/R.S. Entre os

colonos, era conhecida simplesmente como *Volkverein* - Sociedade União Popular. A entidade chegou a ter 12 mil associados alemães no final da década de 30. Sobre a *Volkverein*, Klauck salienta que “a essência dos objetivos dessa associação resume-se em organizar os católicos de ascendência alemã em torno de uma sociedade que preconizasse o seu bem-estar social, material e religioso”^{XXXVII}. Sobre a entidade, Gertz complementa: “é a expressão mais importante de instituição católica ligada ao trabalho com os católicos de origem alemã e de preservação de sua identidade. E essa organização está desde o início sob o controle dos jesuítas e de pessoas ligadas a eles”^{XXXVIII}.

A fundação da Colônia Porto Novo - uma organização coletiva teuto católica – está associada ao desejo de fundação de um núcleo que possibilitasse a reprodução étnico-confessional. Conforme Neumann (2014), os projetos de colonização étnica eram bem vistos “pela ala germanista” do estado do Rio Grande do Sul, enquanto projetos de colonização mistos eram criticados pela “despreocupação com questões étnicas e confessionais”. A intenção inicial era fundar essa nova colônia no Rio Grande do Sul, porém, o governo daquele estado não autorizou a instalação de uma colonização cujo princípio de ocupação fosse a homogeneidade étnica e religiosa, como pretendiam os dirigentes da *Volkverein*. Roche (1969) considera que a política adotada pelo governo do Rio Grande do Sul de não permitir novas colonizações nas últimas terras devolutas, impulsionou a emigração de colonos rio-grandenses: “Em lugar de distribuí-las imediatamente, como lhe aconselhavam, preferiu proteger as últimas reservas florestais. Para não perdê-los todos nas gerações seguintes, preferiu deixar partir uma fração de colonos rio-grandenses”^{XXXIX}. O padre Jesuíta Luiz Heinen (1997) atribui à Maçonaria, Positivismo e às consequências da Primeira Guerra, como fatores determinantes para que o governo do estado do Rio Grande do Sul não autorizasse o núcleo de colonização pretendido pela *Volkverein*. A partir daí, buscou-se o estado vizinho, Santa Catarina, para a implantação do projeto de colonização.

A decisão de fundação do Projeto Porto Novo foi tomada na reunião dos delegados das Caixas Rurais em 26 e 27 de abril de 1925^{XL}. Meses depois, em 28 de janeiro de 1926, ocorre a primeira compra de terras adquiridas por força de contrato, compondo 100 lotes, no extremo oeste de Santa Catarina. “A compra foi acertada após longas negociações. As terras ofereciam uma vantagem rara no sul do Brasil”^{XLI}. Em contrapartida,

era de interesse do governo catarinense em promover a ocupação daquele espaço, já contestado algumas vezes ao longo da história. Além disso, a empresa Colonizadora Chapecó-Pepery, detentora das terras no Alto Vale do Rio Uruguai e que já havia promovida a colonização de Porto Feliz – atualmente o município de Mondai – enfrentava grave crise econômica, assim, a *Volkverein* aproveitou a oportunidade para adquirir uma faixa de terras as margens do Rio Uruguai na fronteira com a Argentina^{XLII}.

A localização da colônia Porto Novo situa-se numa região de fronteira: com o Rio Grande do Sul – onde a divisa é dada pelo Rio Uruguai; e com a Argentina – cuja divisa ocorre pelo Rio Peperi Guaçú. O projeto de colonização Porto Novo torna-se “o primeiro prolongamento da colonização teuto-brasileira católica do Rio Grande do Sul em Santa Catarina”^{XLIII}.

Nodari salienta que a grande região oeste do estado de Santa Catarina tinha impregnado um sentimento de abandono, sem uma política de ocupação efetiva por parte do Estado até o início do século XX:

O conhecimento da história da ocupação populacional do Oeste catarinense ajuda a entender esse sentimento de abandono que a historiografia registrou, por parte dos

habitantes. Diferentemente de outros locais como o Vale do Itajaí e o Sul do estado de Santa Catarina, não houve por parte das autoridades governamentais uma política de ocupação efetiva até o início do século XX^{XLIV}.

Após a efetivação da primeira compra de 100 lotes pela *Volkverein*, novos lotes foram comprados, chegando-se ao total de 583.975.705,40 metros quadrados de área (o equivalente a 58.397 hectares), que foram divididos em 2.340 lotes, cada qual, com 25 hectares em média, tornando-se esta, a delimitação territorial do projeto de colonização Porto Novo. O projeto de colonização Porto Novo se diferenciava de qualquer outra colonização, especialmente pelo seu modelo de separação étnico e confessional que fora adotado. Conforme Eidt, este foi o “palco de uma das organizações coletivas mais fechadas de que se tem conhecimento no Brasil”^{XLV}.

As propagandas da nova frente de colonização se difundiram nas colônias velhas do Rio Grande do Sul, cujas terras estavam escassas e subdivididas. Em seu estudo, Roche (1969) revela que os primeiros lotes coloniais destinados aos colonos imigrantes no início do século XIX, mediam em média 77 hectares. Posteriormente, como no município de Estrela, “as primeiras propriedades, vendidas a partir de 1853, mediam, em média, 48 hectares. Em 1920, a divisão estava já muito avançada, porquanto a superfície média era de apenas 24,2 hectares. Em 1950, desceu para 15,7 hectares, nem mesmo o terço da primitiva área”^{XLVI}. Esta problemática está diretamente associada com o crescimento demográfico, e a alternativa das famílias era a subdivisão das propriedades, embora, “subdividir as propriedades uma ou duas vezes significava condenar à miséria as famílias que delas dependiam”^{XLVII}. Esses fatores impulsionaram os descendentes de imigrantes migrarem em busca de novas regiões de colonização, favorecendo para que muitos colonos, em sua maioria jovens, buscassem a nova colônia em formação, que a essa altura tinha a garantia de ser uma terra muito promissora para o desenvolvimento da agricultura. Além da promessa de encontrar terras férteis para a agricultura, o preço dos lotes era um atrativo à parte, se comparado aos preços praticados no Rio Grande do Sul no mesmo período.

Para ter direito à posse de terras em Porto Novo, o comprador de lotes deveria ser de origem alemã e católica. Com essas exigências, pretendia-se formar uma colônia étnica e religiosamente homogênea, com famílias católicas e alemãs. “Os migrantes recrutados deveriam enquadrar-se nos requisitos que a Igreja Católica impunha para a vanguarda dos benefícios espirituais e cuidados culturais, além da socialização das oportunidades de trabalho”^{XLVIII}. Essa preocupação quanto ao caráter normativo das colonizações alemãs percebe-se nas palavras de Beschlüsse, líder comunitário em fala proferida na assembleia do *Katholikentag* em Serro Azul em 1928: “a assembleia geral adverte os colonos a escolher as colônias católicas para novas colonizações, pois como a experiência sempre nos ensinou, as colônias separadas religiosa e linguisticamente são a garantia da manutenção da nossa religião, costumes e tradições”^{XLIX}. É possível denotar que o foco era formar uma colonização homogênea em termos linguísticos e religiosos, diferente do modelo de colonização que ocorreu em outras regiões de Santa Catarina, onde os lotes de terra eram comercializados a “qualquer interessado”, visto que o modelo era “comercial”. Neste sentido, o projeto de colonização estabelecido em Porto Novo se distinguiu de todos os outros modelos.

Gradativamente a homogeneidade – claramente defendida pelo projeto da *Volkverein* – se tornava realidade. Considerável progresso e procura por lotes de terras foram registrados nos primeiros anos de implantação do projeto de colonização. Apesar das dificuldades iniciais de implantar um modelo colonizador em meio a mata densa e virgem, sem nenhuma estrutura de acesso, como *estradas*, por exemplo, o autor considera que certamente o espírito solidário e comunitário foi essencial para que o modelo *prosperasse*.

A Colônia Porto Novo se tornava referência para a *Volkverein* e era com frequência estampada em propagandas, especialmente na revista ‘*Skt. Paulusblatt*’. Excerto do relatório anual do *Skt. Paulusblatt* – 1930 faz referência à promissora colônia: “Os números provam, aos leitores, que a evolução do empreendimento, está além do esperado [...] que Porto Novo se tornasse o que é hoje: uma colonização modelar, com um futuro promissor”^L. Para a autora, o progresso segue nos anos subsequentes, e a colônia Porto Novo representa um empreendimento exitoso, nunca antes visto entre os sistemas de colonização. Para a *Volkverein*, significava a realização de um ideal. Em 1938, Porto Novo contava com mais de 6 mil habitantes, distribuídos em 17 comunidades^{LI}.

A homogeneidade, especialmente aquela de caráter religioso, vista em Eidt como “sonho cristão”, pautava-se nos valores religiosos prescritos pela igreja, num conjunto de prerrogativas assimiladas pelos moradores de Porto Novo desde o início de sua colonização. “A Igreja se constituía numa unidade poderosa em torno da qual tudo se ramificava. Nas desavenças entre os migrantes pioneiros, o clero arrogava-se o direito de estabelecer a verdade”. E conclui:

No isolamento da vida pioneira, a transmissão de saberes passava pela linhagem familiar ou pela instituição escola/Igreja. Sem parâmetros exógenos, as instâncias da família, escola e religião transmitiram os valores e os ideais da cultura. Assim, o mundo, limitado e restrito, limitou possibilidades e serviu como ponto de estrangulamento, gerações inteiras foram vítimas do silêncio e do debate impermeável^{LII}.

Assim se consolidou a formação homogênea de Porto Novo em torno dos quesitos religiosos e étnicos, sendo que estas, para Nodari, são uma maneira interessante para atrair pessoas que pretendem conviver com indivíduos do mesmo credo ou etnia, mantendo suas práticas sócio culturais, “definindo, assim, num primeiro momento, uma cultura étnica que gerava solidariedades no seu interior e que os mantinha distantes de tensões internas e externas”^{LIII}. A homogeneidade religiosa era defendida pelos religiosos, entre eles, o Pe. Lassberg, o qual “era insistente toda vez que falava de colonizações argumentando que a convivência entre protestantes e católicos deveria ser amistosa, mas que os evangélicos deveriam morar numa picada e os católicos numa outra”^{LIV}.

Tratando exclusivamente a ocupação e povoamento da colônia Porto Novo ao analisar o germanismo em Santa Catarina, concluímos que o projeto de colonização implantado pela *Volkverein* foi um modelo que se diferenciou da maior parte dos projetos de colonização desenvolvidos pela iniciativa pública e privada no estado de Santa Catarina e até mesmo no Rio Grande do Sul. Implantado no Extremo Oeste de Santa Catarina, teve a homogeneidade étnica e religiosa como diferenciais, formando assim, uma colonização étnica alemã, concentrando (i)migrantes católicos num núcleo relativamente fechado em si mesmo, alicerçado nos princípios de germanismo. A maior parte dos imigrantes que se estabeleceram a partir de 1926 em Porto Novo são oriundos das colônias velhas do Rio Grande do Sul, onde naquela época era registrada grande escassez de terras em consequência do crescimento demográfico, o que impulsionou especialmente os mais jovens, a busca por novas frentes de colonização. Neste contexto, a colônia Porto Novo figurava como terra promissora para o desenvolvimento da agricultura e para a manutenção da fé católica, atraindo até o ano 1938 mais de 6 mil (i)migrantes. Lemos em Oliven que “uma região pode ser politicamente menos do que uma nação. Mas vitalmente e culturalmente é mais do que uma nação; é mais fundamental que a nação como condição de vida e como meio de expressão ou de criação humana”^{LIV}. Portanto, “não se pode perder de vista o fato de que o âmbito regional possui uma

história própria, um conjunto de relações sociais delimitadas, um espaço de memória, de formação de identidades e de práticas políticas específicas”^{LVI}.

Considerações finais

Comentamos sobre alguns aspectos que levam certas populações, inseridas no contexto nacional brasileiro, desenvolver sentimentos de pertença regional bastante intenso, vimos que diversos acontecimentos contribuíram para o início do pilar desta construção, talvez este orgulho regionalista venha ganhando força impulsionado por discursos e ideologias políticas que visam a colaborar com maior demanda de recursos financeiros alguns estados, além disso, se frisarmos sobre a questão territorial iremos verificar que a parte sul do país, principalmente Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná apresentam proximidade fronteiriça intensa com outros países como Argentina, Paraguai e Uruguai, sendo afetados de forma direta ou indireta pelas culturas desses países, e conseqüentemente sempre sofreram nas disputas territoriais, além disso, muito pouco se encontra da cultura portuguesa no Rio Grande do Sul, o estado é comparado em algumas regiões, pela semelhança arquitetônica, climática e populacional da Europa, também comentamos que ao engajar-se com a figura do gaúcho, os descendentes europeus que colonizaram as terras sul-rio-grandenses expandiram novos costumes, conseguindo passar de geração em geração, como por exemplo a questão dos CTGs (Centros de Tradições Gaúchas) que concretizaram-se em maior número no estado do Paraná do que no próprio Rio Grande do Sul, provavelmente este sentimento de pertença foi absorvido, principalmente pela significativa população formada pelos descendentes de imigrantes europeus, em maior número italianos e alemães, ultrapassando fronteiras e espalhando-se por demais territórios brasileiros, como foi o caso da ocupação da colônia Porto Novo no oeste de Santa Catarina por alemães migrantes das colônias velhas do Rio Grande do Sul. Além disso, práticas, costumes, gastronomia, celebrações, músicas e danças dos antepassados são cuidadosamente ensinadas nessas sociedades e incorporadas pelos jovens, fazendo com que essas características mistas de uma Europa anterior a primeira grande guerra sejam difundidas e praticadas no cotidiano do sul do país, vale salientar que diversos estudos nessas regiões são realizados por instituições de ensino da Europa, em evidência Alemanha e Itália, pois a maioria de nossas práticas e dialetos se perderam nesses países, enquanto ainda são vivenciadas e rememoradas com bastante intensidade nos territórios gaúcho e catarinense, que ao mesmo tempo pertencem ao Brasil, mas são vistos como diferentes, europeizados no olhar do restante do país, levando as populações que compõem essas sociedades a desenvolver uma identidade mais acentuada de pertencimento com a Europa do que com a própria nação, mas identificando-se com costumes que não existem mais na Europa, ou seja, o sentimento de pertencimento torna-se profundo nos próprios estados, onde as pessoas acabam encontrando-se e fortalecendo-se no espírito regionalista, pois somos parte de um país, mas pouco nos reconhecemos com a cultura do mesmo, afinal formamos uma mistura das culturas brasileira, italiana, alemã, e dos demais países que fazem fronteira conosco, assim, não somos “homens” de duas pátrias, mas de várias pátrias e ao mesmo tempo, se analisarmos o sentimento de pertencimento, sem nenhuma.

IDENTIDADE E PERTENCIMENTO: UM OLHAR SOBRE A COLONIZAÇÃO ITALIANA E ALEMÃ NO SUL DO BRASIL DURANTE OS SÉCULOS XIX E XX

MARINILSE CÂNDIDA MARINA BUSATO
LEANDRO MAYER

Notas

^I Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo-UPF, bolsista CAPES. Graduada em História pela UPF.

^{II} Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo-UPF, bolsista CAPES. Graduado em Filosofia pela PUCRS. Especialista em Educação (FAI Faculdades) e Tecnologias em Educação (PUC-Rio). Professor da rede pública estadual de ensino de Santa Catarina. E-mail: mayerleandro@yahoo.com.br.

^{III} Dados disponibilizados em http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm.

^{IV} País fronteiriço com o Brasil, dados retirados do site <http://brasilescola.uol.com.br/geografia/argentina.htm>

^V Trecho da obra de José Murilo de Carvalho (2003) p. 397, capítulo intitulado “*Nação imaginária: memória, mitos e heróis*” retirado do livro “*A crise do Estado-nação*”.

^{VI} CARVALHO, 2003, p. 397.

^{VII} Região localizada ao nordeste da Itália que foi anexada ao Reino da Itália em 1866.

^{VIII} BENEDUZZI, 2011, p. 33.

^{IX} O termo *tedesco* servia para indicar genericamente o dominador, inicialmente servia de referência aos dominadores vindos da Áustria.

^X *Paese*, não é apenas a vila, ou a localidade, mas um conjunto de relações afetivas, plena de significados imagéticos e relacionais, utilizados na Itália. Essa explicação foi retirada da obra de Luís Fernando Beneduzi (2011), intitulada “*Os fios da nostalgia*”.

^{XI} Poderia ser usado o termo *camponês*, o qual seria uma tradução possível ao termo citado, porém decidiu-se manter o referido termo por pensar-se que o mesmo empregava uma situação específica do camponês italiano de fins do século XIX. Este trabalhador do campo que dividia a situação de pequeno proprietário e trabalhador das grandes propriedades dos Signori (grande proprietário rural). Esta explicação foi retirada da obra de Luís Fernando Beneduzi (2005) intitulada “*Nostalgia, alegoria e restus: processos de desconstrução na elaboração identitária vêneta no Rio Grande do Sul*”.

^{XII} Essa divisão têm como base o artigo de Emílio Franzina (1984), no qual é tratada especificamente a região do Vêneto, além disso, foi retirada da obra de Luís Fernando Beneduzi (2011, p. 15) intitulada “*Os fios da nostalgia*”.

^{XIII} BUOSI;NICOLETTI apud BENEDUZZI, 2011, p. 15.

^{XIV} *Cuccagna* possui o significado de fortuna, sorte, terra abundante, alguns italianos usavam o termo *cuccagna*, onde escorre leite e mel, ligando o termo a abundância.

^{XV} FRANCO apud HEREDIA, 2001, p. 2.

^{XVI} HEREDIA, 2001, p. 2.

^{XVII} DE BONI; COSTA apud HEREDIA, 2005, p. 237-238.

^{XVIII} HEREDIA, 2001, p. 4.

^{XIX} FROSI;MIORANZA, 1975, p. 38.

^{XX} A *koiné* ou supradialeto segue, do ponto de vista fonético, o quadro geral das realizações fonéticas vênetas; do ponto de vista morfológico, há uma predominância de características vicentino-paduanas, com realizações típicas dos dialetos feltrino-belunês ou lombardo; do ponto de vista lexical, o predomínio ainda é dos dialetos vênetas (não excluindo influências dos dialetos lombardos). Informação retirada da obra de Vitalina Maria Frosi e Ciro Mioranza (1975), intitulada “*Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*”

^{XXI} BOURDIEU, 1930, p. 112.

^{XXII} OLIVEN, 2006, p. 09.

^{XXIII} Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos durou de 1835-1845 é considerado o mais longo conflito regional ocorrido no Brasil, foi impulsionado por insatisfações políticas e administrativas da região sul do país.

^{XXIV} MACHADO apud GOLIN, 2002, p. 11.

^{XXV} RECKZIEGEL, 2000, p. 47.

^{XXVI} O *talian* (ou vêneta brasileiro) é uma variante da língua vêneta (língua do norte da Itália) falada na Região Sul do Brasil.

^{XXVII} O *filó*, no Rio Grande do Sul, constituía-se em um momento de descontração e lazer, acontecendo, geralmente, nas noites de sábado. Duas ou mais famílias encontravam-se em uma das casas das comunidades para jogar, conversar, comer e beber. Jogos como a bisca, o três, sete, a escova eram parte dos ritos de sociabilidade, via de regra partilhados pelos homens. As mulheres conversavam, costumavam e faziam crochê na cozinha, com as crianças brincando aos seus pés. Normalmente, comiam-se pinhões, crostoli, bebia-se vinho, doce, suave ou seco. Citação retirada da obra de Luís Fernando Beneduzi (2005) intitulada “*Nostalgia, alegoria e restus: processos de desconstrução na elaboração identitária vêneta no Rio Grande do Sul*” (BENEDUZZI, 2005, p. 16).

^{XXVIII} BENEDUZZI, 2011, p. 21.

-
- XXX SCHEIDT, 2002, p. 204.
XXX *Gaúchos* considerados a população brasileira que habita o estado do Rio Grande do Sul.
XXXI OLIVEN, 2006, p. 114.
XXXII CARBONARI, 2009, p. 23.
XXXIII BARROS, 2005, p. 97.
XXXIV OLIVEIRA apud VISCARDI, 1997, p. 86.
XXXV BOURDIEU apud VISCARDI, 1997, p. 88.
XXXVI DURKHEIM apud VISCARDI, 1997, p. 88.
XXXVII KLAUCK, 2014, p. 143.
XXXVIII GERTZ, 1991, p. 38.
XXXIX ROCHE, 1969, p. 359-360.
XL JUNGBLUT, 2000, p. 74.
XLI RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 59.
XLII FRANZEN, 2014, p. 82.
XLIII HEINEN, 1997, p. 71.
XLIV NODARI, 2009, p. 24.
XLV EIDT, 1999, p. 15.
XLVI ROCHE, 1969, p. 325-326.
XLVII RAMBO, 2011, p. 175.
XLVIII EIDT, 1999, p. 9.
XLIX BESCHLÜSSE, apud WERLE, 2011, p. 170.
L apud ROHDE, 2011, p. 153.
LI ROHDE, 2011.
LII EIDT, 2011, p. 22-23.
LIII NODARI, 2009, p. 47.
LIV JUNGBLUT, 2015, p. 71.
LV OLIVEN, 2006, p. 34.
LVI RECKZIEGEL, 1999, p. 20.

Referências Bibliográficas

ABREU, Luciano Arrone de. A construção da nação no Brasil: Conservadorismo e autoritarismo político. In RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; HEINSFELD, Adelar (orgs). **Estados Americanos: trajetórias em dois séculos**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012, p. 158-181.

BARROS, José Maria D'Assunção. **História, região e espacialidade**. Revista de História Regional, v. 10, n. 1, p. 95-120.

BENEDUZI, Luís Fernando. **Nostalgia, alegoria e restus: processos de desconstrução na elaboração identitária vêneta no Rio Grande do Sul**, 2005, p. 11-19. Disponível em www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/753/575.

BENEDUZI, Luís Fernando. **Os fios da nostalgia: perdas e ruínas na construção de um Vêneta imaginário**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 107-132.

CARBONARI, Maria Rosa. **De como explicar lá región sin perderse em el intento. Repasado y repensando la História Regional**. História Unisinos. São Leopoldo: v. 13, n. 1, p. 19-34, 2009.

EIDT, Paulino. SILVA, Edinaldo Enoque. **Porto Novo: do reino religioso ao poder de mercado**. Curitiba: CRV, 2011.

_____. **Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise**. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999.

FRANCO, Sérgio da Costa. **A política de colonização no Rio Grande do Sul**. Revista Brasiliense. São Paulo, 1959, n. 25, p. 76-77.

FROSI, Vitalina Maria, MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul. Processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira**. Caxias do Sul. Editora Movimento, 1975.

GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

GOLIN. Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre. Editora L&PM, 2002.

HEINEN, Luiz. **Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina – aspectos sócio-políticos, econômicos e religiosos**. Joaçaba: UNOESC, 1997.

HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do rio do Peixe**. Joaçaba: UNOESC, 1996.

HEREDIA, Vânia Beatriz Merlotti. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no rio grande do sul. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788] Nº 94 (10), 1 de agosto de 2001. Disponível em <www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>

HEREDIA, Vânia Beatriz Merlotti. O mito da imigração no imaginário da cultura. **MÉTIS: história & cultura** – v. 4, n. 8, p. 233-244, jul/dez. 2005. Disponível em www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/1225/848

JAEGER, Ervino Eugênio. **A terra que eu sonhei**. Nova Petrópolis: Editora Amstad, 1998.

JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica e Editora, 2000.

KLAUCK, Samuel. Representações da organização familiar e comunitária dos teuto-brasileiros católicos do Rio Grande do Sul a partir da revista St. Paulus-Blatt (1912 a 1934). **História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, jan./jun. 2014, p. 141-152.

NEUMANN, Rosane Márcia. **Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor! - As colônias germânicas e a campanha de nacionalização**. São Leopoldo, RS: Dissertação de Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2003. (Mimeo).

NODARI, Eunice Sueli. A dor do esquecimento: as marcas da ditadura Vargas no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: **História Oral**, v. 12, n. 1-2, p. 157-176, jan.-dez., 2009.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SCHEIDT, Eduardo. O processo de construção da memória da revolução farroupilha. **Revista de História** 147 (2002), 189-209. Disponível em www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18947/21010.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Locus revista de História**, Juiz de Fora, vol.3, 1997, p. 85-98. Disponível em locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2274.

RABUSKE, Arthur e RAMBO, Arthur Blásio. **Pe. J. E. Rick, Sj: Cientista, colonizador, apóstolo social, professor**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

RAMBO, Arthur Blásio. **Somando forças: o projeto social dos jesuítas do sul do Brasil**. São Leopoldo: UNISINOS, 2011.

REICHEL, Heloisa, BANDIERI, Susana. Redescobrimo as fronteiras. A sobrevivência histórica das regiões no processo de construção estatal do Brasil e da Argentina. In

REGUERA, Andrea, HARRES, Marluza (orgs) **Da região à nação**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 17-48.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. O micro e o macro: a região nas relações internacionais. In: KERN, Arno Alvarez (Org.). **Sociedades ibero-americanas. Reflexões e pesquisas recentes**. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, p. 47.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

ROHDE, Maria W. **Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados**. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

WERLE, André Carlos. **Porto Novo: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina**. Curitiba: CRV, 2011.